

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. BIBO NUNES)

Apresentação: 30/04/2024 13:54:24,533 - CFFC

REQ n.132/2024

Requer o envio de convite aos economistas Alexandre Schwartzman, Marcos Lisboa e Zeina Latif, com o objetivo de discutirmos a política fiscal e monetária brasileiras.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio de convites aos economistas Alexandre Schwartzman, ex-diretor do Banco Central do Brasil; Marcos Lisboa, ex-presidente do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Zeina Latif, com o objetivo de, com o caráter fiscalizatório e de controle, discutirmos a propriedade da política fiscal brasileira e a consequente política monetária em resposta à conjuntura econômica brasileira e mundial atuais, no médio e longo prazos.

Para tanto, gostaria de obter respostas a perguntas com essas:

- 1) De acordo com a política fiscal em andamento, qual o seu impacto sobre a política monetária?
- 2) Com as políticas atuais, diminuindo a TJLP, aumentando os subsídios, protegendo alguns setores da economia, qual o impacto disso para a SELIC?
- 3) Como os senhores entendem que o capital produtivo mundial enxerga o Brasil como um porto seguro de investimentos (que demandam tempo no planejamento e execução até a maturação e



retorno), num contexto de insegurança econômica, com mudanças constantes nas legislações fiscais, ambientais e no redirecionamento das relações internacionais?

JUSTIFICAÇÃO

Apresento este Requerimento com o intuito de trazer para a discussão deste Colegiado, responsável por fiscalizar e controlar a gestão dos recursos públicos nacionais e seus impactos sobre a economia e sociedade, como o mercado (capaz de direcionar investimentos para os setores e países mais seguros) tem enxergado a gestão governamental do atual governo.

Segundo levantamento feito pelo Banco Central com a mesma metodologia desde 2008, na comparação da evolução da dívida bruta nos 14 primeiros meses de cada governo, elevou-se aproximadamente R\$ 1 trilhão de reais no período 2023/24 ao compararmos com 2019/2020.

Isso significa (afora questões políticas e internacionais e a insegurança jurídica), fuga de investimentos devido ao aumento risco Brasil, queda na geração de renda, redução da arrecadação tributária, desemprego, elevação da pobreza e endividamento das famílias, perda da sustentabilidade das dívidas públicas, trava no crescimento da economia brasileira, entre outros prejuízos que já estamos sentindo no dia-a-dia.

Por outro lado, vemos o atual governo elevando o pagamento de assistências financeiras a famílias desempregadas, desperdiçando recursos públicos e paralisado em diversos órgãos.

Como resultado apresentado, não apenas por meio de declarações divergentes entre as autoridades econômicas responsáveis pelas políticas monetária e fiscal (Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento), temos:

- 1) a elevação da taxa de juro neutra,



- 2) a fuga de capitais estrangeiros da bolsa no patamar de R\$ 21 bilhões neste ano (valor de 25 de março). O pior patamar desde 2020 com a crise mundial da COVID e,
- 3) segundo o IBC-Br (antecipação do resultado do PIB, a desaceleração do ritmo da nossa economia pelo segundo mês consecutivo em 2024;
- 4) aumento do pessimismo quanto à capacidade do governo federal de estancar o crescimento da dívida pública, uma vez que a equipe econômica está sem instrumentos para garantir o cumprimento das metas fiscais.

Ao contrário de declarações políticas como: *“comentários indevidos e irresponsáveis sobre política fiscal alimentaram uma histeria especulativa sem fundamento que só vai prejudicar a administração das contas públicas. Foi para isso que deram autonomia ao BC?”*, os investidores não migram seus capitais produtivos por mera opinião e sim, por meio dos fundamentos cotidianos, de médio e longo prazo, comparando a segurança do Brasil e de outras economias. Como resultado temos a retirada de R\$ 30 bilhões da Bolsa brasileira.

Nós, Congresso, não somos os responsáveis por impedir o ajuste fiscal, como alguns do Executivo apontam. Mostrem medidas de contenção da despesa desnecessária, que daremos o suporte necessário. Infelizmente a única coisa que vemos é aumento de despesas e de tributos, como as incessantes tentativas de reonerar as folhas de pagamento – mesmo após a decisão deste Parlamento.

O boletim Focus aponta uma inflação subindo em 2024 e principalmente em 2025, aumentando a preocupação com relação à política monetária. Do lado fiscal, a arrecadação federal cresceu 7,2% em relação à março do ano passado, para fazer jus ao aumento do desperdício de despesas. Uma alta significativa, porém abaixo do necessário para que o governo atinja a meta de resultado primário.

Reduzir a incerteza sobre o disparate econômico brasileiro trará o desenvolvimento para nosso país e é nessa direção que o Banco Central tem



agido. Segundo o presidente do BC, o aumento nas incertezas impede a autarquia de oferecer uma orientação futura para a condução da política monetária.

Dessa forma e considerando, pois, a relevância da matéria, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado BIBO NUNES

PL/RS

